SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

DE

RIBEIRA DE PENA

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2017

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 5.181.456 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.846.305 euros, incluindo um resultado líquido de 20.047 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt
PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

PKF

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 28 de março de 2018

PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

Ao Sr. Provedor da
Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena

ASSUNTO: Comunicação de matérias relacionadas com a Revisão Legal das Contas

Exmos. Srs.,

As nossas normas e práticas profissionais determinam que devam ser estabelecidos canais de comunicação com as pessoas a quem foi confiada a supervisão, controlo e direção de uma Entidade ("Encarregados da Governação") onde tenhamos sido nomeados como Revisores Oficiais de Contas, independentemente da estrutura de governação e da dimensão da Entidade. Entre outros objetivos relevantes, pretende-se desta forma:

- Comunicar claramente aos Encarregados da Governação as responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras e uma visão geral do âmbito e oportunidade do planeamento da auditoria.
- Obter dos Encarregados da Governação informação relevante para a auditoria.
- Informar os Encarregados da Governação em tempo útil de situações resultantes da auditoria que sejam significativas e relevantes para as suas funções de supervisionar o processo de relato financeiro.
- Promover uma comunicação recíproca eficaz entre o auditor e os responsáveis pela governação em determinadas matérias relacionadas com o nosso trabalho de revisão / auditoria e assim aumentar os benefícios da nossa intervenção nessa qualidade.

Os Encarregados da Governação são geralmente responsáveis por assegurar que a Entidade consiga os seus objetivos, com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações, em conformidade com as leis aplicáveis e relato às partes interessadas. Os Encarregados da Governação só incluem a Administração quando esta executa tais funções.

É também sua responsabilidade assegurar, tanto quanto praticável, a aderência às políticas da gestão, a manutenção de registos contabilísticos adequados, a salvaguarda dos ativos da Entidade e o cumprimento de leis e regulamentos através de sistemas e controlos apropriados.

Esta carta serve para comunicar matérias de âmbito geral ou específico que consideramos poderem ser de interesse da Governação da **Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena**.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt
PKF & Associados - SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4º Piso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social € 50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Chamamos contudo a atenção de V. Exas. para o facto que, nos termos do nosso compromisso, apenas comunicamos matérias de interesse da Governação que cheguem ao nosso conhecimento em consequência do desempenho do nosso trabalho, não sendo expectável que sejam concebidos procedimentos com a finalidade específica de identificar matérias de interesse da Governação.

De V. Exas.
Atenciosamente,

Porto, 12 de Dezembro de 2017

PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

(A) RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião.

O responsável pela execução do trabalho é Tiago Romeiro Rocha (ROC n.º 1700 | CMVM n.º 20161310) e o sócio responsável pela emissão da Certificação Legal das Contas é José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434).

Devemos no entanto referir que a nossa auditoria não exime a Mesa Administrativa ou os Encarregados da Governação das suas responsabilidades.

(B) ÂMBITO E OPORTUNIDADE PLANEADOS DA AUDITORIA

No âmbito do nosso trabalho serão executados procedimentos que permitam obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para determinar com segurança razoável se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais e para avaliar a apresentação global das mesmas, de forma a estabelecer se foram preparadas de acordo com as normas de contabilidade e demais requisitos legais aplicáveis.

A nossa abordagem é centrada no risco. Procuramos identificar as principais áreas de risco de distorção material à luz do nosso conhecimento da atividade da Entidade e do ambiente em que a mesma opera. A identificação e comunicação destas com os Encarregados da Governação permitem que as mesmas possam ser debatidas tão cedo quanto possível e, se necessário, possam ser tomadas ações tempestivas e apropriadas.

As seguintes matérias foram identificadas como constituindo riscos significativos:

- ✓ ***Rédito***. Embora não exista histórico de fraude, no âmbito da ISA 240 - *"A responsabilidade de Auditor ao Considerar a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras"*, existe o risco presumido de fraude no rédito, pelo que esta área será tratada como de risco.
- ✓ ***Imobilizado.*** A entidade não dispõe de um cadastro de imobilizado atualizado e devidamente conciliado com os registos contabilísticos. Desta forma, existe um risco das demonstrações financeiras se encontrarem com distorcidas.

Caso considerem existir outros riscos que entendam ser significativos agradecemos que nos informem tão brevemente quanto possível.

De acordo com a ISA 240, devemos efetuar indagações aos Encarregados da Governação sobre se têm conhecimento de qualquer fraude real, suspeita ou alegada, que afete a Entidade, bem como obter um conhecimento de como exercem a supervisão dos processos para identificar e responder aos riscos de fraude e do controlo interno estabelecidos para mitigar esses riscos. De forma a facilitar a obtenção de conhecimento sobre estes processos e controlos, disponibilizamos em anexo a esta carta um breve questionário padronizado, o qual após se encontrar preenchido nos deverá ser remetido.

De acordo com a ISA 250, devemos efetuar indagações aos Encarregados da Governação sobre se a Entidade se encontra a cumprir com as leis e regulamentos que possam ter um efeito material nas demonstrações financeiras, pelo que solicitamos que nos informem, por carta ou via *e-mail*, da existência de eventuais situações desta natureza.

Como parte da nossa abordagem, conduziremos uma revisão dos controlos internos da Entidade, na qual se inclui uma revisão aos controlos gerais informáticos, bem como aos controlos aplicacionais (*input's*, processamento e *output's*). Na execução desta revisão levaremos em consideração o ambiente em que esses controlos operam e avaliaremos controlos específicos que possam estar relacionados com riscos significativos já identificados acima, ou outros que surjam do processo de revisão ao ambiente de controlo interno da Entidade. No seguimento da nossa avaliação estabeleceremos se queremos ou não depositar confiança em quaisquer controlos e, quando decidirmos fazê-lo, conduziremos testes aos controlos relevantes. Será obtida evidência de auditoria adicional através da execução de procedimentos substantivos tais como procedimentos analíticos e testes detalhados de transações e saldos, quando apropriado.

Na execução do nosso trabalho é aplicado um nível apropriado de materialidade e, portanto, não se pode esperar que uma auditoria identifique todos os riscos ou distorções potenciais ou efetivas. A materialidade é a expressão do significado ou da importância relativa de uma determinada matéria no contexto das demonstrações financeiras como um todo.

A nossa visita para realização de trabalho de campo final será agendada oportunamente, tendo em consideração as necessidades da **Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena** e a nossa disponibilidade.

(C) RELATO

Durante o decurso do trabalho comunicaremos a V. Exas outras matérias relevantes relacionadas com os nossos trabalhos de auditoria. Além da Certificação Legal das Contas produziremos um relatório contendo assuntos identificados no decorrer da nossa auditoria e que julgamos serem de interesse para a Governação, incluindo recomendações, quando aplicável.

Quando necessário, contamos também debater com V. Exas. as seguintes matérias:

- ✓ A nossa visão acerca dos aspetos qualitativos das práticas contabilísticas e de relato financeiro adotadas;
- ✓ A versão preliminar da declaração do órgão de gestão;
- ✓ Quaisquer modificações esperadas no nosso relatório de auditoria;
- ✓ Quaisquer fraquezas materiais nos sistemas contabilístico e de controlo interno, identificadas durante a nossa auditoria;
- ✓ Quaisquer matérias que requeiram comunicação de acordo com as normas e práticas profissionais e outras que consideremos de interesse para a Governação.

(D) CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Confirmamos que cumprimos com as normas éticas da OROC e do IFAC e que estabelecemos políticas e procedimentos destinados a assegurar a nossa objetividade e independência no trabalho de auditoria. A avaliação de ameaças e a adoção de salvaguardas relativamente ao requisito de objetividade e independência fazem parte dos nossos processos normais de auditoria/revisão. Neste contexto, informamos que no âmbito deste trabalho não foram identificadas situações ou relacionamentos suscetíveis de constituir uma ameaça à nossa independência.

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que, de acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2017 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.scmrpena.pt, em 12-07-2018.

Os órgãos de administração:

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

PKF & Associados – SROC, Lda.
Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 – 4º, Letras H e O
1050-094 Lisboa

Ribeira de Pena, 28 de Março de 2018

Exmos. Senhores,

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame às Demonstrações Financeiras da **Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena** relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, as quais evidenciam um total de balanço de 5.181.456 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 1.846.305 euros, incluindo um resultado líquido de 20.047 euros:

1. As demonstrações financeiras representam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Entidade, os resultados da sua atividade e as alterações verificadas na posição financeira, em conformidade com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades e salvaguardar o património da Entidade.

2. Os pressupostos significativos utilizados nas estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.

3. Não temos conhecimento de quaisquer fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2017, para além dos que foram divulgados no Anexo, que justifiquem ajustamentos nas demonstrações financeiras da Entidade relativas ao período então findo, que afectem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas, ou ainda que, embora não afectando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira da Entidade, os seus resultados e/ou as suas atividades.

4. Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afectar as demonstrações financeiras.

5. Foram-vos facultados os livros de actas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade com reflexo nas contas e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respectivas actas, bem como todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respectiva documentação relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

6. Foi-vos dado acesso sem restrições às pessoas da entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria.

7. Não temos conhecimento de quaisquer contas, transacções ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras, nem de quaisquer transacções que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante a normal e razoável formação dos preços.

8. Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades envolvendo gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades ou eventuais violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nas demonstrações financeiras ou servido de base à criação de provisões ou à divulgação de passivos contingentes.

9. A Entidade cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

10. Confirmamos que procedemos a uma avaliação do risco das demonstrações financeiras conterem distorções materiais em resultado de fraude e acreditamos que o risco é baixo. Não temos conhecimento de quaisquer fraudes, alegações de fraude ou suspeitas de fraude que afetem a Entidade, envolvendo a Mesa Administrativa e empregados que desempenhem um papel significativo no controlo interno ou quaisquer outros onde a fraude pudesse ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras, nem temos conhecimento de qualquer situação desta natureza que afecte as demonstrações financeiras e que tenha sido comunicada por empregados, ex-empregados, analistas, reguladores ou outros.

11. Confirmamos que, para efeitos da prevenção e investigação de branqueamento de capitais, dispomos de um sistema de controlo interno adequado e os nossos empregados encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria. Até à presente data não ocorreram situações que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.

12. A Entidade é titular de todos os bens que integram o seu activo e todos eles estão isentos de quaisquer ónus ou encargos.

13. Todo o passivo da Entidade de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, responsabilidades contingentes, acções judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respectivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras.

14. Confirmamos que a Entidade (i) não entrou em acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares, (ii) não entrou em acordos visando a posterior reaquisição de bens vendidos até à data do balanço, (iii) não entrou em acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade da Entidade e (iv) não prestou garantias verbais e outros contratos tais como compromissos resultantes de contratos de futuros ou outros derivados que sejam realizados para outros efeitos que não o de cobertura de risco.

15. Fizemos uma avaliação cuidadosa da necessidade de constituição de provisões e excepto quanto às eventuais provisões registadas, não temos conhecimento de outras contingências que possam gerar encargos futuros para a Entidade.

16. Confirmamos que não encarregámos outros advogados, para além da firma "Domingos Dias & Associados Sociedade de Advogados, R.L.", de quaisquer processos em que a Entidade seja parte.

17. Consideramos que o valor pelo qual se encontram registados os Inventários e as Contas a receber é inferior ao seu valor realizável líquido, determinados com base em critérios de análise e avaliação numa óptica comercial, pelo que não existe necessidade de reconhecer qualquer ajustamento por perda de imparidade para além dos que se encontram registados nas demonstrações financeiras.

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

18. Não temos projectos ou intenções que de uma forma significativa possam afectar os saldos ou a classificação de activos ou passivos constantes das demonstrações financeiras. Confirmamos que a firma tem capacidade para continuar a deter os investimentos com características de longo prazo.
19. Não temos projectos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade.
20. Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente reconhecidos e divulgados nas demonstrações financeiras e encontram-se devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respectiva.
21. Os prejuízos de eventuais sinistros que possam ocorrer e afectem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
22. Não é do nosso conhecimento a existência de qualquer impedimento ou limitação de natureza legal ou fiscal ao desenvolvimento da atividade da Entidade.
23. Todas as facturas/notas de débito emitidas e recebidas, com referência ao exercício de 2017, correspondem a proveitos e custos efectivamente ocorridos no exercício e com correspondência com a atividade desenvolvida.
24. Toda a documentação constante dos registos contabilísticos cumpre os requisitos legais.
25. Todos os movimentos registados ao longo do exercício correspondem a fluxos financeiros reais e autênticos, resultantes de operações legítimas efectuadas.
26. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos,

O responsável pela Contabilidade

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Reunido aos vinte e oito dias de Março do ano de 2018, o Conselho Fiscal da entidade denominada "Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena", com o propósito de se pronunciar sobre o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2017. Após terem sido efetuados diversos testes é nossa opinião que as contas e o Relatório estão em conformidade com a legislação em vigor, pelo que as contas devem ser aprovadas e os resultados obtidos no valor de 20 046,85€ , devem ser aplicados em resultados transitados na sua totalidade.

Ribeira de Pena, 28 de Março de 2018

O Presidente do Conselho Fiscal

(Ernesto Augusto da Costa)

Vogal

(Hermano Gonçalves Pimenta Pereira)

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

O ano de 2017 fica marcado pelos processos judiciais em curso que permitiram a clarificação de situações que se arrastavam, em alguns casos, há vários anos e que desta forma pensamos que fiquem resolvidas e regularizadas brevemente. Nestes salientamos situações como o exemplo do Processo Judicial com a Câmara Municipal em que a sentença da 1ª Instância nos foi totalmente favorável.

Outro ponto que marca o ano de 2017, refere-se à verba recebida através do Fundo Rainha D. Leonor, verba esta que suportou o investimento efetuado no alargamento da oferta da capacidade da Unidade de Cuidados Continuados tornando desta forma a Unidade auto sustentável e contribuindo para a sustentabilidade de toda a Instituição como se comprova nas contas de 2017.

Em números globais podemos referir que depois de 2014 apresentar um resultado liquido negativo de 245 000 euros, de 2015 ter iniciado inversão da tendência com um deficit inferior a 130 000 euros, 2016 marcou-se como o ano 0 da recuperação, 2017 é sem margem de duvida um ano histórico, pela primeira vez em mais de 10 anos a SCM apresenta um resultado positivo de 20 046,85€.

Com base nestes resultados, pensamos agora preparar e fazer aprovar uma reestruturação da dívida.

Assim, em termos de resumo, o ano 2017 fica marcado pela eliminação do défice. É pois um ano exemplar em matéria de consolidação orçamental e o início do que se espera possam ser anos de superavit, á imagem deste, e que determinem a total eliminação da dívida. Apesar de bons indicadores foi mais um ano difícil em que a resiliência dos colaboradores permitiram uma recuperação incomparável em matéria económico-financeira.

Ribeira de Pena, 28 de março de 2018

A Mesa Administrativa

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA

Anexo

28 de Março de 2018

© F3M – Information Systems, SA

Índice

1 Identificação da Entidade 4
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 4
3 Principais Políticas Contabilísticas 5
3.1 Bases de Apresentação 5
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração 6
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 12
5 Activos Fixos Tangíveis 12
6 Activos Intangíveis 13
7 Locações 15
8 Custos de Empréstimos Obtidos 15
9 Inventários 15
10 Rédito 15
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes 16
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo 16
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio 16
14 Imposto sobre o Rendimento 16
15 Benefícios dos empregados 16
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais 17
17 Outras Informações 17
17.1 Investimentos Financeiros 17
17.2 Clientes e Utentes 17
17.3 Outras contas a receber 18
17.4 Diferimentos 18
17.5 Outros Activos Financeiros 18
17.6 Caixa e Depósitos Bancários 18
17.7 Fundos Patrimoniais 18
17.8 Fornecedores 19
17.9 Estado e Outros Entes Públicos 19
17.10 Outras Contas a Pagar 19
17.11 Subsídios, doações e legados à exploração 20
17.12 Fornecimentos e serviços externos 20
17.13 Outros rendimentos e ganhos 20
17.14 Outros gastos e perdas 20

© F3M – Information Systems, SA

17.15 Resultados Financeiros.....21
17.16 Acontecimentos após data de Balanço.....21

© F3M – Information Systems, SA

1 Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com registo lavrado pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 01/90 a fls. 80, do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia e com estatutos publicados no Diário da República n.º402/85 de 11 de Outubro aprovado pela Portaria n.º 139/2007 de 29 de Janeiro, com sede em LUGAR DO CAVALINHO – RIBEIRA DE PENA. Para concretização do seu fim, a Misericórdia pode conceber bens e desenvolver atividades de intervenção social, designadamente de:

a) Apoio à infância e juventude, designadamente a crianças jovens em perigo;
b) Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica;
c) Apoio à família e comunidade em geral;
d) Apoio à integridade social e comunitária;
e) Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados continuados e paliativos, serviço de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamento de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demência, bem como aquisição e fornecimento de medicamento e assistência medicamentosa;
f) Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não;
g) Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulher;
h) Habitação e turismo social;
i) Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluído nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição;
j) Atividade agrícola.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

© F3M – Information Systems, SA

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas

© F3M – Information Systems, SA

e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

© F3M – Information Systems, SA

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, tendo sido aplicadas as taxas mínimas do método das quotas constantes.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	100
Equipamento básico	12
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	10
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método não constante/ano civil em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Activos Intangíveis	10

© F3M – Information Systems, SA

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao preço do custo de aquisição. A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o método FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

<u>Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros</u>

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocionadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

<u>Clientes e outras contas a Receber</u>

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

© F3M – Information Systems, SA

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.
Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.
Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

© F3M – Information Systems, SA

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

<u>Empréstimos obtidos</u>

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo

© F3M – Information Systems, SA

e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.
Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).
Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

© F3M – Information Systems, SA

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2016					
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	5 229 573.22	20 048.88	20 048.88	0.00	0.00	5 209 524.34
Equipamento básico	835 998.76	0.0	0.00	0.00	0.00	835 998.76
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	0.00	0.00	0.00	167 281.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	97987.33	0.00	0.00	0.00	0.00	97 987.33
Outros Activos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	**6 343 467.73**	**20 048.88**	**20 048.88**	**0.00**	**0.00**	**6 323 418.85**
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	788 994.68	52 029.20	0.00	0.00	0.00	841 023.88

© F3M – Information Systems, SA

Equipamento básico	580 536.79	45 028.22	0.00	0.00	0.00	625 544.81
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	0.00	0.00	0.00	167 281.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	96 498.04	7 183.30	0.00	0.00	0.00	103 681.34
Ferramentas e Utensílios	54 724.05	4636.65	0.00	0.00	0.00	59 360.70
Outros Activos fixos tangíveis	12 589.30	7.53	0.00	0.00	0.00	12 596.83
Total	**1 700 624.27**	**108 864.70**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**1 809 488.97**

	2017					
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	5 209 524.34	0.0	0.00	0.00	0.00	5 209 524.34
Equipamento básico	835 998.76	11506.20	0.00	0.00	0.00	847 504.96
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	0.00	0.00	0.00	167 281.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	97 987.33	0.0	0.00	0.00	0.00	97 987.33
Outros Activos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	**6 323 418.85**	**11 506.20**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**3 334 925.05**
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	841 023.88	52 009.00	0.00	0.00	0.00	893 053.13
Equipamento básico	625 544.81	44 842.52	0.00	0.00	0.00	670 367.08
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	0.00	0.00	0.00	167 281.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	103 681.34	3 668.83	0.00	0.00	0.00	107350.17
Ferramentas e Utensílios	59 360.70	4 608.74	0.00	0.00	0.00	63 969.44
Outros Activos fixos tangíveis	12 596.83	7.53	0.00	0.00	0.00	12604.36
Total	**1 809 488.97**	**105 136.62**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**1 914 625.59**

6 Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

© F3M – Information Systems, SA

2016						
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	15347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	0.0
Total	**15347.78**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**15 347.78**
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	10960.78	492.00	0.00	0.00	0.00	11452.78
Total	**10 468.78**	**492.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**11452.78**

2017						
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	15 347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	15 347.78
Total	**15 347.78**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**15 347.78**
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	11452.78	492.00	0.00	0.00	0.00	11 944.78
Total	**11452.78**	**492.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**11 944.78**

© F3M – Information Systems, SA

7 Locações

A Entidade não detém qualquer locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	2016			2017		
Descrição	**Corrente**	**Não Corrente**	**Total**	**Corrente**	**Não Corrente**	**Total**
Empréstimos Bancários	0.00	1 676 451.80	1 676 451.80	0.00	1 593 466.39	1 593 466.39
Locações Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Descobertos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas caucionadas	154 000.00	0.00	154 000.00	162 500.00	0.00	162 500.00
Contas Bancárias de Factoring	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas bancárias de letras contadas	106 655.43	0.00	106 655.43	0.00	0.00	0.00
Outros Empréstimos	0.00	480 000.00	480 000.00	0.00	435 000.00	435 000.00
Total	**260 655.43**	**2 156 451.80**	**2 417 107.23**	**162 500.00**	**2 028 466.39**	**2 190 966.39**

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	2016				2017		
Descrição	**Inventário inicial**	**Compras**	**Reclassificações e Regularizações**	**Inventário final**	**Compras**	**Reclassificações e Regularizações**	**Inventário final**
Mercadorias	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5215.60	134 191.33	0.00	14 833.61	217 500.16	0.00	13 354.42
Produtos acabados e intermédios	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Produtos e trabalhos em curso	0.00	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00
Total	**5215.60**	**134 191.33**	**0.00**	**14 833.61**	**217 500.16**	**0.00**	**13 354.42**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				**217 223.77**			**0.00**
Variações nos inventários da produção				0.00			0.00

10 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

© F3M – Information Systems, SA

Descrição	2016	2017
Vendas	8 883.60	7 940.34
Quotas de utilizadores	550 508.90	612 407.81
Quotas e jóias	1 070.00	1 780.00
Serviços Secundários	83 876.95	40 506.84
Subsídios, doações e legados à exploração	1 265 227.85	1 493 370.11
Outros rendimentos e ganhos	253 194.87	278 206.07
Juros	0.00	0.00
Total	**2 162 762.17**	**2 434 211.17**

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016	2017
Subsídios do Governo		
ISS, IP – Centro Distrital	997 889.53	997 240.76
Fundo de Socorro Social	0.00	0.00
Subsídio de outras entidades	267 338.32	314 264.47
Apoios do Governo		
Total	**1 265 227.85**	**1 311 505.23**

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2017, foram, respetivamente 13 e 11. Entre um período e outro verificaram-se alterações na sua constituição, uma vez que o Tesoureiro eleito solicitou suspensão de mandato e um dos Suplentes da Mesa Administrativa apresentou demissão . Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer tipo de remunerações.

© F3M – Information Systems, SA

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 123 e em 31/12/2017 foi de 120.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2017
Remunerações aos Orgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	914 125.85	1 009 303.70
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.0
Indemnizações	3 310.43	8 477.60
Encargos sobre as Remunerações	210 007.55	252 454.98
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	17 656.99	13 393.46
Gastos de Acção Social	0.00	0.0
Outros Gastos com o Pessoal	44 332.59	43 646.29
Total	**1 189 433.41**	**1 327 276.03**

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Não aplicável.

17.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	98 572.14	68 335.42
Utentes	0.00	00.0
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	12 664.48	7 491.79
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0	0

© F3M – Information Systems, SA

Utentes	0	0
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0	0
Utentes	0	0
Total	**111 236.62**	**75 827.21**

17.3 Outras contas a receber e a pagar

A rubrica "Outras contas a receber e a pagar" sub conta Devedores e Credores por acréscimos de gastos e rendimentos tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2017
Remunerações a Liquidar	138 789.58	143 986.32
Fornecimentos e Serviços	3460 57	5 948.77
Encargos sobre Remunerações	30 533.71	33 116.85
Juros	390.32	3 389.78
Devedores por acréscimos de rendimentos	44 331.76	44 862.64

17.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
Gastos a Reconhecer		
	0.00	0.00
Total	**0.00**	**0.00**
Rendimentos a Reconhecer		
		40 970.14
Total	0.00	0.00

17.5 Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2016	2017
Crédito Agrícola	500.00	500.00
Total	500.00	500.00

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2017
Caixa	1976.96	2 701.47
Depósitos à ordem	6 211.84	59.26
Depósitos a prazo	0.00	0.00
Outros		0
Total	**8 188.80**	**2760.73**

17.7 Fundos Patrimoniais

© F3M – Information Systems, SA

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	62 848.54	0.00	0.00	62 848.54
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	816 704.16	0.00	0.00	816 704.16
Resultados transitados	-870 639.30	0.00	-939.43	-871578.73
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 832 034.81	0.00	0.00	1 818 283.93

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Fornecedores c/c	506 605.04	535 512.18
Fornecedores títulos a pagar	0.0	0.00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0.0	0.00
Total	**506 605.04**	**535 512.18**

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
Total	**0.00**	**0.00**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	4 406.86	8075.22
Segurança Social	79 316.84	128 017.33
Outros Impostos e Taxas	413.72	61.44
Total	**84 137.42**	**136 153.99**

17.10 Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica "Outras contas a receber e a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	**0.00**		**0.00**	
Remunerações a pagar	0.00	282 246.70	0.00	282 775.90
Cauções	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00	0.00	0.00
Perdas por imparidade acumuladas	0.00	0.00	0.00	0.00
Fornecedores de Investimentos	0.00	**40 622.87**	0.00	**43711.46**
Credores por acréscimo de gastos	0.00	**0.00**	0.00	**0.00**
Outros devedores e credores	0.00	**583 937.14**	0.00	**625 114.24**

© F3M – Information Systems, SA

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	997 889.53	997240.76
Subsídios de outras entidades	267 338.32	314264.47
Doações e heranças	0.00	0.00
Legados	0.00	0.00
Total	**1 265 227.85**	**1 311 505.23**

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2016	2017
Subcontratos	85 471.85	0.00
Serviços especializados	164 936.87	196 914.92
Materiais	2 055.61	913.47
Energia e fluidos	77 187.41	103 104.40
Deslocações, estadas e transportes	450.00	300.00
Serviços diversos	79 875.465	86 919.24
Total	**409 977.20**	**388 152.03**

17.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos "encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Rendimentos Suplementares	3 234.34	4 111.68
Descontos de pronto pagamento obtidos	0.00	0.00
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	14 951.12	0.00
Outros rendimentos e ganhos	243 857.56	273 817.82
Total	**253 194.87**	**277 932.41**

17.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

© F3M – Information Systems, SA

Descrição	2016	2017
Impostos	587.50	601.04
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.00
Dívidas incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	0.00	0.00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos e Perdas	83 282.77	4 397.16
Ações de Formação financiadas pelo F.S.E e outros	0.00	2 760.00
Total	**88 550.27**	**7 758.20**

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	57 363.12	64 151.87
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00
Outros gastos e perdas de financiamento	0.00	0.00
Total	**57 363.12**	**64 151.87**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0.00	0.00
Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	0.00	0.00
Total	**0.00**	**0.00**
Resultados Financeiros	**-57 363.12**	**- 64 151.87**

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

RIBEIRA DE PENA, 28 de Março de 2018

O Técnico Oficial de Contas

113778244

17529

A Direção

© F3M – Information Systems, SA

Exercicio de 2017

Demonstração do Gasto das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Mod. 1045

Moeda: Euros

Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	0.00	14 833.61
Compras	0.00	217 500.16
Autoconsumos		0.00
Regularização de Existências	0.00	0.00
Existências Finais	0.00	13 354.42
Gasto do Período	0.00	218 979.35

Demonstração da Variação da Produção

MOVIMENTOS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	SUBPRODUTOS DESPERDÍCIOS RESÍDUOS E REFUGOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO
Aumento / redução no exercício	0.00	0.00	0.00
Existências finais	0.00	0.00	0.00
Existências iníciais	0.00	0.00	0.00
Regularização de existências	0.00	0.00	0.00

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501404007
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		4 420 299.46	4 513 929.88
Bens do património histórico e artístico e cultural		0.00	0.00
Ativos intangíveis		3 403.00	3 895.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Outros Créditos e ativos não correntes		0.00	0.00
		4 423 702.46	4 517 824.88
Ativo corrente			
Inventários		13 354.42	14 833.61
Créditos a receber		71 161.28	102 825.70
Estado e outros entes públicos		0.00	0.00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Diferimentos		0.00	0.00
Outros ativos correntes		670 476.88	628 768.90
Caixa e depósitos bancários		2 760.73	8 688.80
		757 753.31	755 117.01
Total do ativo		5 181 455.77	5 272 941.89
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		62 848.54	62 848.54
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		816 704.16	816 704.16
Resultados transitados		-871 578.73	-870 639.30
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 818 283.93	1 832 034.81
		1 826 257.90	1 840 948.21
Resultado líquido do período		20 046.85	-939.43
Total dos fundos patrimoniais		1 846 304.75	1 840 008.78
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0.00	0.00
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		1 593 466.39	1 676 451.80
Outras dívidas a pagar		435 000.00	480 000.00
		2 028 466.39	2 156 451.80
Passivo corrente			
Fornecedores		535 512.18	506 605.04
Estado e outros entes públicos		136 153.99	84 137.42
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		162 500.00	260 655.43
Diferimentos		40 970.14	0.00
Outros passivos correntes		431 548.32	425 083.42
Total do passivo		1 306 684.63	1 276 481.31
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 335 151.02	3 432 933.11
		5 181 455.77	5 272 941.89

A Direcção

O responsável

11378244
17529

F3M - Information Systems, SA
Processado por Computador

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501404007

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		642.695,26	628.480,77
Subsídios, doações e legados à exploração		1.329.676,26	1.265.227,85
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		217.223,77	123.838,93
Fornecimentos e serviços externos		388.152,03	409.977,20
Gastos com o pessoal		1.447.392,59	1.358.756,70
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
[illegible]ras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		277.932,41	253.194,87
Outros gastos		7.708,20	88.550,27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**189.827,34**	**165.780,39**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		105.628,62	109.356,70
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**84.198,72**	**56.423,69**
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		64.151,87	57.363,12
Resultados antes de impostos		**20.046,85**	**-939,43**
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		**20.046,85**	**-939,43**

Manuel Macedo Oliveira

Armando Pinto Marques

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS 2017	DATAS 2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 070 210.44	854 672.43
Pagamentos de subsídios		-930 501.99	-988 964.18
Pagamentos de apoios		0.00	0.00
Pagamentos de bolsas		0.00	0.00
Pagamentos a fornecedores		427 202.30	317 139.30
Pagamentos ao pessoal		1 080 773.98	979 073.03
Caixa gerada pelas operações		492 736.15	547 424.28
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos/pagamentos		-324 997.63	-322 559.19
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		167 738.52	224 865.09
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		16 631.45	-5 324.40
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros ativos		0.00	0.00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0.00	0.00
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros ativos		0.00	0.00
Subsídios ao investimento		134 549.10	0.00
Juros e rendimentos similares		0.00	0.00
Dividendos		0.00	0.00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		117 917.65	5 324.40
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Realização de fundos		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		0.00	0.00
Outras operações de financiamentos		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		217 673.86	181 522.60
Juros e gastos similares		19 906.10	27 101.67
Dividendos		0.00	0.00
Redução de fundos		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		54 004.28	20 000.00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-291 584.24	-228 624.27
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-5 928.07	1 565.22
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		8 688.80	7 123.58
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 760.73	8 688.80

A Direcção

O Responsável

Manuel Pitagalhães Oliveira

Fernando Pinto Machado

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador